



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Relatório

Visita de trabalho de uma delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias ao Julgado de Paz de Cascais

Pelas 10 horas e quarenta e cinco minutos do dia 14 de fevereiro de 2012, a delegação da CACDLG foi recebida no Julgado de Paz de Cascais, sito no Edifício Cascais Center, Rua Manuel Joaquim Avelar, 118, piso 2, em Cascais, pela Juíza de Paz coordenadora, Dra. Conceição Arriaga, estando também presentes, em representação do Presidente, o Vereador para os Assuntos Jurídicos e Relações Internacionais da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Alexandre Faria, o Presidente do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, Juiz Conselheiro Cardona Ferreira, o Presidente da Associação dos Juízes de Paz Portugueses, Dr. João Chumbinho, a Dra. Helena Trigatti, coordenadora de Serviço de Atendimento do Julgado de Paz, e o Dr. João Martins, Secretário do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz.

A delegação da CACDLG, constituída pelo seu Presidente, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) e pelos Senhores Deputados Hugo Velosa, Maria Paula Cardoso e Margarida Almeida (PSD), Ricardo Rodrigues, Jorge Lacão, Luís Pita Ameixa e Elza Pais (PS), Teresa Anjinho (CDS/PP), João Oliveira (PCP) e Cecília Honório (BE), começou por fazer uma visita às instalações do julgado de Paz, com explicação pormenorizada, por parte da coordenadora do Julgado, acerca da organização dos espaços e respetivas funcionalidades.

Teve seguidamente lugar uma reunião de trabalho, na qual usaram da palavra a Juíza de Paz Coordenadora, Dra. Conceição Arriaga – que deu uma panorâmica geral acerca da importância dos julgados de paz; do funcionamento daquele que coordena; dos

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

tipos de ações e dados estatísticos de acordos, conciliações e mediações; realçando ainda a celeridade dos processos -, o Senhor Presidente da CACDLG – que expressou a satisfação por visitar o julgado de paz e contactar esta realidade, evidenciou a sua importância e recordou a sua génese na Assembleia da República.

Usaram também da palavra o Juiz Conselheiro Cardona Ferreira – que fez a apologia da justiça aplicada nos julgados de paz; recordou a sua história; fez referência a estatísticas e referiu-se ainda à necessidade de uma alteração à Lei -; o Dr. Alexandre Faria – que evidenciou a relevância da existência do julgado de paz para o município, comprovada pelo consenso obtido na assembleia municipal e pelo esforço que tem sido feito na sua divulgação; e realçou a dedicação e o empenho dos colaboradores do julgado -, e o Dr. João Chumbinho – que lançou algumas pistas para reflexão, designadamente acerca da resistência decorrente do corporativismo do sistema de justiça; da avaliação da litigiosidade em termos territoriais, correspondência com a localização dos julgados, e respetivo feedback; da quase inexistência de pendências; dos problemas originados pela citação; e da necessidade de ter em atenção a experiência dos julgados nas alterações ao processo civil.

Seguidamente intervieram os Senhores Deputados Ricardo Rodrigues (PS), Maria Paula Cardoso (PSD), João Oliveira (PCP), Teresa Anjinho (CDS/PP) e Cecília Honório (BE) – que realçaram a utilidade de conhecer *in loco* um julgado de paz, elogiando as condições que encontraram; o papel dos julgados na administração célere da justiça; a falta de fundamento das críticas; a proximidade com as pessoas e a flexibilidade de funcionamento; a necessidade de equacionar o alargamento de competências territoriais e de competência; os constrangimentos; a estrutura; o modelo de financiamento; a necessidade de uma efetiva rede nacional; os recursos humanos e a dependência das autarquias.

Intervieram ainda o Dr. João Chumbinho - que se referiu à necessidade do reforço da dignificação da figura dos juízes de paz, designadamente em relação às questões de carreira e remuneratória; de alterações à alçada e, conseqüentemente, aos meios; ao

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

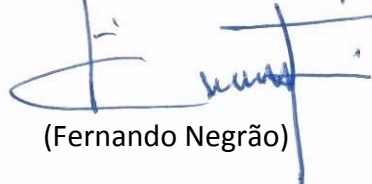
modelo de financiamento; à necessidade de alterar o modo de notificação; à criação de gabinetes de apoio judiciário junto dos julgados de paz; à proposta de o Conselho de Acompanhamento passar a ser composta por uma percentagem de juízes de paz.

Finalmente, a Dra. Conceição Arriaga comentou a forma como o atual sistema da citação obriga o Estado a ter elevados encargos, considerando urgente uma alteração da lei no sentido de a facilitar e, finalmente, deixou um alerta aos Senhores Deputados para que não caiam na tentação de transformar os julgados de paz em tribunais de pequena instância.

O Canal Parlamento acompanhou a visita e a reunião e emitiu a respetiva [reportagem](#).

A reunião terminou às 13 horas e 10 minutos.

O Presidente da Comissão,



(Fernando Negrão)

Nota: Relatório aprovado em 07-03-2012